

A questão da ordem das palavras na Gramática Portuguesa tradicional

MARIA GABRIELA FUNK
(Universidade dos Açores)

1. Introdução

No presente estudo, mostraremos que uma revisão atenta, mas não exaustiva, das nossas gramáticas tradicionais revela que muitas delas nem se referem à problemática da ordem dos constituintes da frase e as poucas que a tratam, fazem-no de um modo sumário, limitando-se a uma listagem de casos que fogem à *ordem directa*, isto é, sujeito, verbo, complementos. Não conseguem, portanto, entrever as regularidades não detectáveis a um nível observável, mas necessário à construção de um sistema de regras gerais que determinam a colocação dos elementos frásicos.

2. Abordagem diacrónica

2.1. Começemos com os gramáticos portugueses mais representativos do século XVI, nomeadamente Fernão de Oliveira e João de Barros.

Fernão de Oliveira, autor da primeira *Gramática da linguagem portuguesa*, publicada em Lisboa, em 1536, dedica apenas uma página e meia à *construção* (Cap. XLIX), definida como «a composição ou concerto que as partes ou dicções da nossa língua têm entre si, como em qualquer outra língua.» Reconhecendo ser esta «a verdadeira parte» da sua obra, não explicita, porém, as leis e regras sintácticas a que apologeticamente faz referência.

João de Barros, na sua *Gramática da Língua Portuguesa*, cuja 1ª edição é de 1540, fala igualmente de *construção* num capítulo que intitula «Da construção das partes». Se bem que esta componente gramatical surja mais desenvolvida do que na «primeira anotação da língua portuguesa», enquadra-se, não obstante, no tipo de análise morfo-sintáctica baseada no sistema de declinação casual pro-

posto na Gramática Latina. As regras que o Autor apresenta carecem de consistência e sistematicidade, consequência, sem dúvida, de uma primeira reflexão léxico-gramatical sobre a língua portuguesa.

2.2. No século XVII, manteve-se a influência da Gramática Latina. O latim não surge apenas como ponto de partida, auxiliar terminológico gramatical e manancial recursivo vocabular. É, para além de meta-linguagem, a forma de expressão escolhida por alguns gramáticos portugueses, como Bento Pereira, autor de uma *Gramática Lusitana* (1672) redigida em latim, cuja Sintaxe obedece aos paradigmas do sistema casual clássico.

O conceito de "Gramática" como uma arte que ensina a falar e escrever a língua latina, apresentado por Bartolomeu Soares da Fonseca na sua *Lucerna Gramatical* (1728), é bem ilustrativo da eleição do latim como modelo universal.

Amaro de Roboredo, autor de um *Método gramatical para todas as línguas* (1619) e apologista da língua portuguesa, tal como os gramáticos renascentistas do século XVI, recorre, no entanto, ao latim como paradigma regularizador da sintaxe do português.

2.3. No século XVIII, Luís António Verney, fazendo-se eco das ideias iluministas francesas no seu *Verdadeiro método de estudar* (1746), procura reduzir as regras da sintaxe por meio dos seguintes princípios universais (*op. cit.*, 1949, nota 8, p.148/9):

1º Todas as línguas têm a mesma ordem natural de sintaxe.

2º A diversidade das línguas na sintaxe é accidental, e consiste em ocultar algumas palavras por elipse ou em transpô-las por hipérbato, ou em aumentá-las por pleonismo e, algumas vezes, em suprir com uma só voz várias ideias, ou inventar novas partículas para reger diversos casos.

3º Todas as línguas se podem reduzir às mesmas regras gerais e essenciais e, especialmente, às mesmas regras da latina.

O latim continua, como vemos, subjacente à teoria universalista adoptada por Luís António Verney, servindo não só como ponto de referência, mas sobretudo como modelo de codificação gramatical. E se bem que se advogue a precedência do ensino da língua materna relativamente ao latim, como verificamos na obra de Jerónimo Contador de Argote intitulada *Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina, ou disposição para facilitar o ensino da língua latina pelas regras da portuguesa* (1721), persevera-se, no entanto, na aplicação da Gramática Latina às línguas vulgares. Como nos diz o Autor no Prólogo (*op. cit.*, 1725): «A presente gramática é portuguesa no nome, nas palavras e nas regras; porém, no intento e efeito para que se compôs, é latina; por isso, a maior parte das regras que contém guarda ou total ou parcial harmonia com as latinas.» A Sintaxe é definida, nessa Gramática, como a boa ordem e disposição das palavras, o que significa estarem as mesmas no número, caso e lugar que lhes pertence (*ibid.*, p.184). O Autor distingue ainda entre Sintaxe Simples e Sintaxe Figurada, dividindo a primeira em Sintaxe de Concordância e Sintaxe de Regência.

António José dos Reis Lobato, na sua *Arte da Gramática da Língua Portuguesa* (1771), mantém o mesmo esquema sintáctico apresentado por Jerónimo Contador de Argote. Tal como este, estabelece a diferença entre Sintaxe Simples ou Regular, definida como a composição das partes da oração, ordenada conforme as regras gerais da Sintaxe (*op. cit.*, 1816, p.173) e Sintaxe Figurada, entendendo por *Figura de Sintaxe* «quando na oração faltam, sobram ou se transpõem palavras.» (*ibid.*, p. 210). As figuras apresentadas são: elipse, zeugma, silepse, síntese, enálage, pleonasma e hipérbato. Apesar de pretender fundamentar as suas regras «nas verdadeiras causas da língua portuguesa e nas doutrinas dos gramáticos mais célebres que, com as luzes da Filosofia, examinaram a natureza e propriedade das palavras» (*ibid.*, p. XXIII), Lobato não deixa de procurar na Sintaxe Portuguesa as mesmas regras da Sintaxe Latina. Daí ser considerado um gramático de transição entre um período marcado pela Gramática Latina e um de renovação filosófica, cujo expoente máximo é, indubitavelmente, Jerónimo Soares Barbosa.

Na sua *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa ou Princípios da Gramática Geral aplicados à nossa Linguagem*, publicada postumamente em 1822, Soares Barbosa, tal como o enciclopedista francês do século XVIII, Du Marsais, no seu artigo «De la construction grammaticale» (1754), faz a distinção entre *Sintaxe* e *construção*: «A sintaxe é uma ordem sistemática das palavras, fundada nas relações das coisas que elas significam, e a construção uma ordem local autorizada pelo uso nas línguas. Assim, a construção pode ser ou direita ou invertida, e ter contudo a mesma sintaxe. Nestas duas orações: *Alexandre venceu a Dario*, e *A Dario venceu Alexandre*, as construções são contrárias, porém a sintaxe é a mesma.» (J. S. Barbosa, *op. cit.*, 1871, p. 254). O comentário analítico deste período é feito com lucidez crítica por João Malaca Casteleiro, no seu artigo «A Doutrina Gramatical de Jerónimo Soares Barbosa» (1980, p. 211): «Parece, pois, que da análise de J. S. Barbosa e em termos de gramática generativa, podemos inferir que a *sintaxe* é um fenómeno mais profundo e mais geral, directamente ligado à estrutura lógico-semântica das línguas, enquanto a *construção* é antes um fenómeno de superfície, mais particular e variável de língua para língua. Ou, por outras palavras, podemos dizer que o autor parece admitir que a Sintaxe contém dois níveis de organização: um nível mais profundo a que ele chama sintaxe propriamente dita, e um nível de superfície, que designa como construção.»

Contrariamente a J. C. de Argote e a Lobato, que opõem claramente os conceitos de Sintaxe Figurada e Sintaxe Natural ou Regular, definindo implicitamente a primeira como Não-Natural ou Irregular, J. S. Barbosa distingue já não tipos de sintaxe, uma vez que esta é sempre invariável, mas tipos de construção que se reduzem a duas gerais: a *direita* e a *invertida*.

Quanto às figuras de sintaxe, este Gramático racionalista do século XVIII, embora mencione *algumas* delas, não as define como tal nem as inclui todas no âmbito da construção: a silepse surge como regularizadora da sintaxe de concordância irregular, como nos revela o título do Artigo III «Sintaxe de concordância Irregular, reduzida a Regular pela Silepse», do Livro IV sobre *Sintaxe e Construção*, Capítulo II, dedicado precisamente à Sintaxe de Concordância.

A Elipse surge também como reguladora, mas desta vez da Sintaxe de Regência Irregular, Artigo II «Sintaxe de Regência Irregular reduzida a Regular pela Elipse», do Capítulo III (do mesmo livro), sobre a sintaxe de regência. As últimas figuras que o Autor refere surgem no Artigo «Das inversões ou *Anástrofes*» e no Artigo III («Das transposições ou *Hipérbatos*») do Capítulo V (ainda do mesmo livro), intitulado «Da construção invertida da oração portuguesa».

Efectivamente, só a anástrofe e o hipérbato surgem no âmbito da construção, distinguindo J. S. Barbosa nitidamente uma da outra (*ibid.*, p.296): «O *hipérbato* quer dizer transposição, a qual se faz ainda *sem haver inversão*, quando entre as palavras ou concordadas ou regidas, postas mesmo em sua ordem direita, se mete alguma coisa por meio de sorte que as duas ideias correlativas não ficam juntas na oração, mas separadas uma da outra por algum espaço pequeno ou grande.»

Essa distinção nem sempre é feita por outros gramáticos portugueses, como se depreende das palavras de Soares Barbosa: «A construção *invertida* é a contrária à *direita*. Esta pede o sujeito antes do verbo, aquela depois; esta põe o adjectivo depois do substantivo e o advérbio depois do adjectivo, aquela antes; esta põe os complementos depois dos seus antecedentes, aquela antes; esta em fim constrói as palavras na ordem da sua subordinação e referência, as subordinantes primeiro que as subordinadas, e as regentes primeiro que as regidas, de sorte que a marcha do pensamento vai seguindo a da oração sem suspensão ou desembaraço algum; aquela constrói as palavras pela ordem retrógrada, de sorte que o espírito está sempre suspenso à espera das palavras seguintes, de que depende o sentido dos antecedentes .

Os gregos e os latinos chamavam *anástrofes* a estas inversões, e não *hipérbatos*, como ora lhe chamam nossos gramáticos" (*ibid.*, p. 295/6).

Outra rectificação apresentada por J. S. Barbosa diz respeito à concepção "natural" de sintaxe como aquela que obedece às leis ou regras "gerais", "ordinárias" da Gramática. Todas as desobediências à naturalidade da sintaxe caíam, assim, ou no rol das Figuras, caso não fossem "viciosas", ou no das anormalidades ou "vícios" da linguagem.

Como resposta aos gramáticos que distinguiam uma ordem natural de outra não natural ou figurada, J. S. Barbosa afirma: «As construções direita (Natural ou Regular ou ainda Análoga) e invertida (Anómala ou Figurada) são ambas naturais, porque ambas, quando lhes é possível, se conformam à ordem com que o nosso espírito concebe as coisas. Ele concebe os objectos juntos com as suas relações ao mesmo tempo, e liga assim tudo sem todavia fazer suceder uma ideia a outra. O discurso não pode fazer o mesmo. Como suas palavras se sucedem necessariamente umas às outras, as ideias que as mesmas representam hão-de ir também necessariamente umas após outras. Mas em que o discurso pode imitar o pensamento é em ligar umas com as outras as ideias correlativas, pondo juntas imediatamente as palavras que as significam. Ora esta união é a que se vê tanto na construção direita como na invertida. Ou o substantivo vá atrás ou adiante do adjectivo, a ordem é diferente, porém a ligação é a mesma.» (J. S. Barbosa, *op. cit.*, p. 296).

Assim, o Autor português desmistifica o preconceito da superioridade da língua francesa em relação às demais, patente nas palavras dos gramáticos filósofos de Port-Royal, na (sua) *Grammaire Générale et Raisonnée*, de 1660, obra fonte, se bem que não a única, da *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*: «[...] il n'y a guère de langue qui use de ces [syllepse, ellipse, pleonasme, hyperbate] figures que la nôtre, parce qu'elle aime particulièrement la netteté et à exprimer les choses autant qu'il se peut, dans l'ordre le plus naturel et le plus désemparré, quoiqu'en même temps elle ne cède à aucune en beauté ni en élégance" (A. Arnauld e C. Lancelot, 1969, p. 108).

Mais, J. S. Barbosa afirma e confirma, imbuído já das ideias "iluminadas" de enciclopedistas, como Du Marsais e Beauzée, a sua posição, que não admite contestações: «*Todas as línguas têm inversões, mais ou menos. As transpositivas, que são aquelas que têm casos, admitem mais em razão dos nomes levarem consigo os caracteres de suas relações, e serem assim mais fáceis de se reconhecerem em qualquer parte da oração em que estejam. As análogas, que são as que carecem de casos, admitem menos inversões, mas nem por isso as deixam de ter, e quase tantas como as transpositivas, à exceção das que dependem da declinação. A nossa pelo menos é uma das mais abundantes neste género de construções, pela facilidade que para isto lhe dão os artigos, os casos oblíquos dos seus pronomes pessoais.*» (J.S. Barbosa, *op cit.*, p. 296; o itálico é nosso).

Relativamente às inversões, o Autor divide-as em "necessárias" e "úteis", incluindo nas primeiras quer inversões obrigatórias, quer facultativas. As inversões úteis tinham como objectivo evitar a monotonia, destacar uma ideia importante ou ainda conferir à oração mais facilidade, graça e harmonia. De notar que a classificação proposta por Soares Barbosa é sempre acompanhada da descrição dos contextos onde surgem as inversões e, apesar de não sistematizar todas as inversões obrigatórias em Português, apresenta para os casos analisados uma explicação coerente baseada nos princípios gerais e racionais delineados na sua Gramática.

2.4. No século XIX, verifica-se, em alguns gramáticos portugueses, um verdadeiro retrocesso intelectual. É o que acontece com Luís Gonçalves Coutinho, autor de um *Novo Método de Gramática e Ortografia Portuguesa* (1838). No que diz respeito à Sintaxe, repete a concepção e a divisão já apresentadas por Jerónimo C. de Argote e António J. dos Reis Lobato: «A sintaxe é de dois modos, Análoga ou Anómala, que também se diz Figurada. A Sintaxe Análoga é aquela que segue o ciso comum de falar; isto é, que ensina a compor a Oração, conforme as regras da Gramática Latina. A Sintaxe Anómala ou Figurada é aquela que não segue o uso comum de falar; isto é, que não tem tudo o que é necessário para uma perfeita composição na Gramática Latina, porém, por meio de certas figuras ensina a fazer a Oração de um modo que parece contrário aos preceitos da Gramática; mas contudo se funda na autoridade dos Autores.» (Coutinho, *op. cit.*, p.1/2)

O tratamento da questão da ordem das palavras em português, sofre, por vezes, vicissitudes de natureza cultural e histórica, como se depreende do seguinte passo da *Nova Gramática Portuguesa* (1882, p. 149 e ss), de Francisco José Monteiro Leite. Este Autor não esconde o seu desprezo, aversão quase, ao

Francês: «Uma diferença característica dos períodos, francês e português, é esta: que o francês se adstringe, quase sem excepção, à chamada ordem gramatical, colocando primeiro o sujeito, depois o verbo, por último o complemento, quer este seja atributivo, quer objectivo, isto é, ou designe predicado ou paciente, segundo a natureza do mesmo verbo. O português, quanto mais genuíno, tanto mais propende para pôr primeiro o verbo, e depois o seu agente (sujeito); e se constantemente o não faz, é porque algumas vezes lhe embarga a suprema lei da clareza, outras a da harmonia.»

Mas nem todos os gramáticos portugueses assumem uma posição tão radical como F. J. Monteiro Leite. Encaram a ordem inversa de uma forma mais equilibrada, sistematizada até, como vemos em Bento José de Oliveira (1890, p. 109), se bem que ainda na linha magnetizante da tradição gramatical que o precede: «As inversões fazem-se pelas razões seguintes: primeira, para aproximar ideias correlativas, e ligar as orações entre si de modo que o sentido total se perceba claramente; segunda, para contrastar pensamentos opostos, e apresentar ideias importantes no lugar onde mais toquem o espírito; terceira, para variar e amenizar a forma do discurso dando-lhe graça e harmonia». Em todas as razões apresentadas por este gramático a tónica recai totalmente ou sobre factores de natureza lógico-semântica, como “ideias correlativas”, “sentido total”, “pensamentos opostos”, “ideias importantes”; ou então imperativos de ordem estilística que permitem conferir “graça e harmonia” ao discurso, impressionando, assim, o “espírito”, sem dúvida o equivalente a sensibilidade.

A sintaxe não aparece referida como uma das razões, não obstante ser a inversão um fenómeno essencialmente sintáctico. O importante, porém, são as razões que lhe dão origem e essas são de natureza semântico-estilística, como nos faz perceber o Autor. Esta subordinação da sintaxe à semântica e à retórica que, apesar de não surgirem nos nossos manuais de Gramática Tradicional como componentes explícitas, controlam, no entanto, as demais, surge-nos neste contexto como necessária. Na verdade, verificamos a constante preocupação dos nossos gramáticos em tornar a língua portuguesa mais bela, atraente, leve, dando-nos a impressão, por um lado, da existência de uma sintaxe rígida, austera, que produz um discurso amorfo, deselegante, à qual uma outra sintaxe, a figurativa, situada num plano semi-gramatical, semi-retórico (mais retórico e semântico do que gramatical, para sermos mais precisos), trará abonos de natureza fundamentalmente estética. Nessa Gramática retórica, ou melhor, nessa Retórica gramatical, tem papel de destaque a *inversão* como a operadora da transformação mágica que converte a discordância em harmonia.

Inversamente a F. J. Monteiro Leite, B. J. de Oliveira tem em conta que a margem de elasticidade admitida pela inversão é bastante condicionada nomeadamente no que diz respeito à vigilância constante dos padrões-modelo: «Conquanto, pela índole especial da língua portuguesa, os seus melhores escritores empreguem mais a construção inversa do que directa, ainda assim as inversões não são arbitrarias, antes em muitos casos obedecem a regras certas, como nas orações de participio e de infinito pessoal, nas compostas, complexas, etc.; e até mesmo nas simples se pode admitir a inversão de seus termos por

amor de eufonia. A lição aturada e reflectida dos clássicos, assim poetas como prosadores, muito ajudará a formar o bom gosto preciso para empregar discretamente a construção inversa.» (B. J. Oliveira, *ib.*)

É curioso verificar que a elevada frequência do uso da inversão se confina a horizontes linguísticos delineados por uma classe particular: a dos "melhores escritores" "clássicos" quer poetas, quer prosadores. São eles que metonimicamente melhor interpretam a "índole especial da língua portuguesa."

Nesta ordem de ideias, percebemos claramente qual o papel atribuído à Gramática por Augusto Epifânio da Silva Dias: «Com respeito à colocação, que depende de considerações lógicas, oratórias e musicais, considerações que têm de subordinar-se ao princípio supremo da clareza, à gramática só pertence indicar as restrições que o uso tem posto à liberdade natural.» (Dias, 1970, p.309).

Teófilo Braga, na sua *Gramática portuguesa elementar fundada sobre o método histórico-comparativo* (1876, p.127/8), separa finalmente da Sintaxe a componente retórica. Diz-nos o Autor: «Da velha sintaxe expunge-se a parte figurada [...] considerada hoje por todos os filólogos como não pertencendo à Gramática, mas à teoria do estilo (ou retórica).»

2.5. E, finalmente, já no século XX, não obstante a advertência feita por Teófilo Braga, J.M. Nunes de Figueiredo e A. Gomes Ferreira não conseguem dissociar *Gramática* de *Retórica*. No Prefácio ao seu *Compêndio de Gramática Portuguesa* (1985, p.13), dizem-nos os Autores o seguinte: «...a língua, que no dizer de F. de Saussure (*Cours de Linguistique Générale*), não está limitada nem no espaço nem no tempo, tem de ser vista e estudada tal qual a têm utilizado os nossos escritores.

Preocupou-nos o programa e procurámos apoiar-nos nos bons autores sobretudo nos mais próximos do momento que vivemos.» Daí que remetam a questão da ordem das palavras para os meios estilísticos, mais concretamente para as chamadas figuras de estilo, que, segundo estes gramáticos, «modificam para as chamadas figuras de estilo, que, segundo estes gramáticos, «modificam a linguagem corrente de forma a torná-la mais sugestiva, viva e expressiva.» (*ibid.*, p.105). À linguagem figurada pertence a *anástrofe*, definida como a inversão da ordem directa (sujeito, predicado, complementos) das palavras, para realçar as que ocupam o início da frase. É curioso verificar que a inversão funciona apenas com o objectivo de seleccionar como tópico frásico constituintes distintos do sujeito, como se pode ver pelos exemplos apresentados pelos Autores (*ibid.*):

«Ao homem canta-lhe o açor» (Vieira)

«De sol no ocaso um raio derradeiro, que apenas fulge, morre» (Herculano)

«Nas pernas me fiava eu» (Aquilino Ribeiro)

«Com papas e bolos se enganam os tolos» (popular)

3. Conclusão

A impressão geral que nos fica, após a leitura das várias gramáticas tradicionais portuguesas, é de que a questão da ordem das palavras não mereceu, da parte dos

nossos Gramáticos, um tratamento particular, profundo e sistematizado. A Sintaxe portuguesa, durante muito tempo moldada pela Sintaxe latina e por modelos literários consagrados, incluía uma componente retórica, designada como *Sintaxe Figurada*, que autorizava as inversões à ordem directa, simples ou regular.

Não podemos, no entanto, terminar este estudo sem referir o contributo dado pelos Gramáticos Filósofos do século XVIII, sobretudo o de Jerónimo Soares Barbosa, para um novo equacionamento da problemática em questão. Possuidor de um espírito lúcido e crítico, este Gramático racionalista fundamenta a sua descrição e explicação da sintaxe portuguesa em princípios gerais, revelando, na interpretação dos dados, uma coerência e sistematicidade anteriormente não conseguidas. Contrariamente aos gramáticos portugueses seus predecessores, este notável académico não sujeita a sua análise sintáctica da Língua Portuguesa ao esquema proposto pela Gramática Latina nem escolhe como objecto de descrição gramatical os textos dos melhores autores. Recorre, antes, ao modelo da Gramática Geral e Filosófica e à língua falada em Lisboa no seu tempo.

Considerando a *sintaxe* e *construção* como dois níveis distintos de análise, a construção directa e a invertida como naturais e apresentando uma tipologia das inversões em Português, Jerónimo Soares Barbosa lega-nos um estudo pleno de actualidade e alcance teórico, merecendo, por tudo isso, um digno lugar de relevo na História da Gramática Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

- ÂMBAR, Manuela (1992), *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em Português*, Edições Colibri, Lisboa (Colecção ESTUDOS LINGUÍSTICOS).
- ARGOTE, Jerónimo Contador de (1721), *Regras da língua portuguesa, espelho da latina, ou disposição para facilitar o ensino da língua latina pelas regras da portuguesa*, 2ª impressão, Oficina da Música, Lisboa, 1725
- ARNAULD, A. e LANCELOT, C. (1660), *Grammaire Générale et Raisonnée*, republicação, Paulet, Paris, 1969.
- ARRIVE, B. e CHEVALIER, J.-Cl. (eds) (1970), *La Grammaire-Lectures*, Klincksieck, Paris.
- BARBOSA, Jerónimo Soares (1822), *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa ou princípios de gramática geral aplicados à nossa linguagem*, 5ª edição, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1871.
- BARROS, João de (1540), *Gramática da Língua Portuguesa*, 4ª edição, organizada por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Faculdade de Letras, Lisboa, 1971.
- BEAUZEE, N. (1767), *Grammaire Générale*, Reimpressão de N. Brekle, Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommen-Holzboog, 1974.
- BERNARDO, M. Gabriela C. (1985), «A ordem das palavras na Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa», *Revista Arquipélago, Série Línguas e Literaturas*, nº 1, vol. VIII, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, p.21-41
- BRAGA, Teófilo (1876), *Gramática portuguesa elementar fundada sobre o método histórico-comparativo*, Livraria Portuguesa e Estrangeira de João E. da Cruz Coutinho e A. A., Porto; Rio de Janeiro (Biblioteca de J.E. da Cruz Coutinho; 17).
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1978), *Gramáticos portugueses do século XVI*, Instituto de Cultura Portuguesa, Secretaria de Estado e Cultura, Lisboa (Biblioteca Breve, Série Pensamento e Ciência, 18). (1983), *Babel ou a ruptura do signo - A Gramática e os Gramáticos portugueses do século XVI*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa (Temas Portugueses).
- CARDOSO, Simão (1994), *Historiografia Gramatical (1500-1920) - Língua portuguesa - Autores Portugueses*, Faculdade de Letras do Porto, Porto.

ORDEM DAS PALAVRAS

- CASTELEIRO, João Malaca (1980), «A doutrina gramatical de Jerónimo Soares Barbosa», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa - Classe de Letras*, Lisboa, Tomo XXI, p.197-214.
- (1980/1), «Jerónimo Soares Barbosa: Um gramático racionalista do século XVIII», Separata do *Bolctim de Filologia*, Tomo XXVI, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Lisboa, p.101-108.
- CHEVALIER, J.-Cl. (1967), «La Grammaire Générale de Port-Royal et la critique moderne», *Langages*, 7, Septembre, Larousse, Paris, p.16-33.
- CHOMSKY, Noam (1966), *Cartesian Linguistics - a chapter in the history of rationalist thought*, Harper and Row, New York.
- COUTINHO, L.G. (1814), *Novos Métodos de Gramática e de Ortografia Portuguesa*, 9ª edição acrescentada e revista, Tipografia de João António da Silva Rodrigues, Lisboa, 1883.
- DELESALLE, S. (1980), «L'évolution de la problématique de l'ordre des mots du 17e au 19e siècle en France. L'importance de l'enjeu», *Documentation et Recherche en Linguistique Allemande*, Vincennes, Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, Paris, 22/23.
- DIAS, Augusto Epifânio da Silva (1918), *Sintaxe histórica portuguesa*, 5ª edição, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1970.
- FÁVERO, Leonor Lopes (1995), «As concepções linguísticas no século XVIII em Portugal: Arte da Grammatica Portuguesa de António José dos Reis Lobato», *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Edições Colibri, Lisboa, 1996, vol. III, p.333-350.
- FIGUEIREDO, J.M.Nunes de e FERREIRA, A.G. (1974), *Compêndio de Gramática Portuguesa*, 4ª reimpressão da 11ª edição, Porto Editora, Porto, 1985.
- FONSECA, Bartolomeu Soares da (1728), *Lucerna gramatical, em que se explica com brevidade e clareza o modo de escrever, pronunciar, e compor as partes da oração*, Oficina de Pedro Ferreira, Lisboa Ocidental.
- Langue Française*, nº 41, Février, 1979, «Sur la grammaire traditionnelle», Larousse, Paris.
- LEITE, J. Monteiro (1882), *Nova Gramática Portuguesa*, Livraria Portuense de Clavel, Porto.
- MOUNIN, Georges (1974), *Dictionnaire de la Linguistique*, PUF, Paris.
- OLIVEIRA, Bento J. (1862), *Nova Gramática Portuguesa*, 20ª edição melhorada, Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1890.
- OLIVEIRA, Fernão de (1536), *Gramática da linguagem portuguesa*, 4ª edição organizada por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1975.
- PEREIRA, Bento (1672), *Grammatica Lusitana. Latino Idiomate Proposita, et in quinque classes, instructas subsellus recto ordine distributis, diuisa, ut ab omnibus, tum domesticis tum exteris frequentari possint. In gratia italorum conjugationibus lusitanis italiae correspondent ad finem ponitur orthographia, ut sicut grammatica docet recte loqui, ita haec doceat recte scribere linguam lusitanam*, ex Régia Typographia, Olissipone, 1806.
- RICKEN, U. (1978), *Grammaire et Philosophie au Siècle des Lumières*, Publications de l'Université de Lille III, Villeneuve-d'Ascq.
- ROBOREDO, Amaro de (1619), *Método gramatical para todas as línguas*, Pedro Craesbeek, Lisboa.
- VERNEY, Luís António (1746), *Verdadeiro Método de Estudar*, Edição organizada pelo Prof. António Salgado Junior, Colecção Clássicos Sá da Costa, Lisboa, vol. 1, 1949.